

VOTO

Trata-se de Solicitação do Congresso Nacional, de autoria do Deputado Federal Duarte Jr., acerca de informações sobre as fiscalizações realizadas pelo Tribunal para apurar irregularidades vinculadas aos descontos indevidos de contribuição associativa de aposentados ou pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A solicitação pode ser conhecida, tendo em vista preencher os requisitos previstos na Resolução-TCU 215/2008 e no Regimento Interno do TCU.

A unidade especializada relaciona os seguintes processos em curso sobre o tema:

a) TC-032.069/2023-5, relator E. Ministro Aroldo Cedraz: Solicitação do Congresso Nacional, com pedido de medida cautelar, que solicita apuração de irregularidade no âmbito do INSS, entidades sindicais, associativas e instituições bancárias, com descontos nos proventos de aposentados;

b) TC-037.762/2023-0, Relator E. Ministro Aroldo Cedraz: Relatório de Inspeção, que trata de consignação de empréstimos e mensalidades associativas em benefícios do INSS;

c) TC-016.470/2024-9, Relator E. Ministro Aroldo Cedraz: Monitoramento do Acórdão 1.115/2024-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do TC 032.069/2023-5;

d) TC-007.869/2025-8, Relator E. Ministro Aroldo Cedraz: Representação, com pedido de medida cautelar, com pedidos diversos relacionados aos convênios firmados entre o INSS e entidades objeto da Operação Sem Desconto;

e) TC-007.871/2025-2, Relator E. Ministro Aroldo Cedraz: Representação acerca de indícios de apropriação ilícita de recursos públicos por parte do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical - SINDNAPI/FS;

f) TC-008.689/2025-3, Relator E. Ministro Aroldo Cedraz: Representação com vistas à realização de auditoria externa anual sobre os descontos intermediados pelo INSS em pensões e aposentadorias;

g) TC-010.842/2025-0, Relator E. Ministro Aroldo Cedraz: Representação que solicita providências acerca da indisponibilidade dos bens de entidades associativas suspeitas de descontos indevidos de mensalidades das aposentadorias e pensões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas não incluídas no pedido de medida cautelar de bloqueio de bens ajuizado pela Advocacia-Geral da União (AGU) perante a Justiça Federal; e

h) TC-013.073/2025-7, Relator E. Ministro Aroldo Cedraz: Solicitação de informações sobre as entidades associativas suspeitas de efetuar descontos indevidos em benefícios pagos pelo INSS, bem como a adoção de medida cautelar para suspensão imediata dos descontos até a conclusão das investigações.

Adicionalmente, informo à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS que, embora os descontos nos proventos dos aposentados e pensionistas tenham sido amplamente divulgados em abril de 2025, as vulnerabilidades do sistema, que efetivamente possibilitavam práticas fraudulentas, já haviam sido identificadas pelo Tribunal desde abril de 2024, como expressamente registrado no relatório de auditoria objeto do TC 037.762/2023-0 (peça 103).

No entanto, as medidas coercitivas não foram implementadas dentro do prazo adequado, comprometendo a eficácia de ações de controle necessárias para resguardar os aposentados.

Além disso, os recursos interpostos contra o Acórdão 1.115/2024-TCU-Plenário, com efeito suspensivo, não foram submetidos à apreciação do Colegiado com a celeridade que o caso demandava, tendo o E. Relator pautado e retirado o processo de pauta.

De toda forma, para o atendimento pleno, encaminhe-se cópia dos autos mencionados, na forma eletrônica, como proposto pela Comissão, considerando integralmente atendida a solicitação.

Feitas essas considerações, voto para que o Tribunal adote a minuta de acórdão que submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 1 de outubro de 2025.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator